

A ORDEM DE N. SRA DAS MERCÊS E OS PONTOS DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DO ENSINO DA MÚSICA SACRA NO GRÃO-PARÁ (SEC. XVII-XVIII)

THE ORDER OF MERCED AND THE HISTORY AND MEMORIES POINTS OF SACRED MUSIC TEACHING IN GRÃO-PARÁ (17th-18th CENTURY)

Thais Cybelle Araujo da Silva 1

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França 2

Resumo: O presente estudo visa apresentar indícios da prática e do ensino da música sacra no Grão-Pará, desenvolvido pela Ordem dos Mercedários, a partir de fontes referentes ao período colonial (séc. XVII e XVIII) e da historiografia em Castro (1968), Salles (1980), Reis (1997) entre outros. A música, no contexto da colonização, aparecia como elemento de aproximação na relação entre o missionário católico e os indígenas, bem como elemento na educação dos indígenas e dos filhos de colonos e, para seu ensino, utilizavam-se técnicas próprias como o Solfa. A presença da música sacra teve grande impacto na dinâmica sociocultural do Grão-Pará, a tal ponto de se transformar em elemento da memória e história da cultura amazônica, presente até os dias atuais, como as Festas de Santo, onde se pode identificar a presença de ladainhas e hinos em latim, herança dessa interação musical iniciada pelas ordens religiosas no Grão-Pará.

Palavras-chave: Música Sacra. Ordem de N. Sra das Mercês. Grão-Pará.

Abstract: This article aims to present evidences of the practice and teaching of the sacred music in Grão-Pará, developed by Order of Mercedarians, from sources relating to the colonial period (17th and 18th centuries) and the historiography in Castro (1968), Salles (1980), Reis (1997) among others. The music in this context of colonization showed as a element of approximation in the relationship between the catholic missionary and the indigenous, as well as in the education of the indigenous and the children of settlers and, for your teaching, were used specific techniques like Solfa. The presence of sacred music had a great impact on the social and cultural dynamics of the Grão-Pará, to the point of becoming an element of the memory and history of amazonian culture, is still present today, like the festivities of the Holy, where it is can identify the presence of litanies and hymns in Latin, heritage of this musical interaction started by religious orders in the Grão-Pará.

Keywords: Sacred Music. Order of Merced. Grão-Pará

Mestranda em Educação (PPGE/UEPA). Especialista em 1
Musicologia (RABASF). Graduada em Pedagogia (UEPA), Direito (UFPA), e
Música (UEPA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3667129148901250>. ORCID:
<https://orcid.org/0000-0003-0640-6362>. E-mail: thaiscyb@yahoo.com.br

Doutora em História, Filosofia e Educação pela Universidade 2
Estadual de Campinas (UNICAMP), com Estágio Pós-doutoral pela Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Professora do Curso
de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação, do Centro de
Ciências Sociais e Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/7005058905002975>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6974-2606>. E-mail: socorroavelino@hotmail.com

Estudar o processo de colonização da Amazônia, compreendido entre os séculos XVII e XVIII, significa considerar diversos fenômenos socioculturais que contribuíram para a formação da sociedade brasileira nessa região. Muitos desses fenômenos pouco explorados ainda se encontram em fontes documentais esquecidas, guardadas ou deterioradas pelo tempo, ou ainda em memórias passadas de geração em geração, de forma oral, e que necessitam ser desvendados para uma compreensão mais holística desse período histórico.

É o que ocorre com as informações acerca dos processos educativos¹ que ocorreram nesse período e, mais especificamente, com as informações sobre o ensino e prática da música sacra nas terras do Maranhão e Grão-Pará².

Sabemos que a história é registrada de diferentes formas: seja por documentos oficiais (alvarás, certidões, relatórios); por registros pessoais dos indivíduos de cada época (cartas, diários, bilhetes, listas); pela arte (poesia, música, pinturas, iconografias); pela cultura material (móveis, vestimenta, construções e monumentos).

Bloch (2011, p. 82) enfatiza que:

Reunir os documentos que estima necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador. De fato, ele não conseguiria realizá-la sem a ajuda de guias diversos: inventários de arquivos ou de bibliotecas, catálogos de museus, repertórios bibliográficos de toda a sorte.

A pesquisa histórica, portanto, pressupõe um olhar interdisciplinar para o objeto de pesquisa, pois as informações necessárias para alcançar as respostas podem surgir a partir de fontes de naturezas diversas.

Para compreendermos esse processo, utilizamos a historiografia que trata sobre a colonização do Grão-Pará, observando, além da evidente ação dos colonos e navegadores portugueses – cujo objetivo principal era a expansão territorial para fins de exploração e efetivação de seus domínios políticos e econômicos –, também se destaca a ação catequética desenvolvida pelas ordens religiosas que aqui chegaram: Franciscanos (1617), Carmelitas (1617), Mercedários (1639) e Jesuítas (1653).

Essas ordens utilizavam diversas estratégias para a aproximação e catequização junto aos povos indígenas, com intuito de convertê-los e torná-los mais aptos à socialização com os colonos. Dentre essas estratégias, podemos destacar a utilização da música, especialmente entre os Carmelitas, Jesuítas e Mercedários, tanto em seus conventos na cidade de Santa Maria de Belém, como nas vilas e missões do interior do estado do Grão-Pará e Maranhão.

As fontes documentais aqui utilizadas e que evidenciam a prática e o ensino da música pela Ordem dos Mercedários foram encontradas na Torre do Tombo, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional da Espanha e Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo Público do Pará, bem como no acervo particular do professor e historiador Vicente Salles.

Também foram investigadas as crônicas e relatos de Pe. João Bettendorff (1990) que trata sobre a ação dos Jesuítas no Grão-Pará e Maranhão, no Séc. XVII, e Pe. João Daniel (2004), que versa sobre a ação da mesma ordem, no Grão-Pará no XVIII, que são fontes ricas de informação sobre esse processo de colonização da Amazônia e das práticas educativas e musicais que havia. Isso porque ambos não se limitam a descrever apenas as ações da ordem jesuítica à qual seus autores pertenciam, mas também as inter-relações entre esta e as demais ordens religiosas.

1 Os processos educativos compreendem as relações e estratégias destinadas a favorecer a transmissão do conhecimento de qualquer espécie, seja de caráter moral, religioso, técnico ou até mesmo escolar (CUNHA; FONSECA, 2005)

2 Antes de 1621, quando é criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, separado da jurisdição do Estado do Brasil, a região do Maranhão era conhecida por diversos nomes ou títulos: “terra do rio das Amazonas”, “terra dos Tupinambás”, “terra dos caraíbas”. Podemos dizer até que o Maranhão era concebido como uma “entidade geográfica” que fazia parte do império hispano-luso, mas ainda não havia sido dominado militar e politicamente. A conquista desse território fazia parte da construção de uma rede defensiva contra os inimigos de Castela. Assim, nas duas primeiras décadas do século XVII, o objetivo principal da organização burocrática hispano-lusa era assegurar a posse das regiões ultramarinas, que estavam sob constante ameaça de ocupação por parte de outros países (França, Inglaterra, Holanda) (CARDOSO, 2011).

Para além das evidências documentais, também é oportuno observarmos o impacto do ensino da música sacra na cultura amazônica, na medida em que observamos a presença desse repertório até os dias atuais, nas mais diversas manifestações de fé e cultura. Fato esse que será analisado a partir do conceito de memória coletiva em Halbwach (2004) e Nora (1993), que discutem a construção da memória e da história e, conseqüentemente, da identidade cultural de cada povo, a partir de pontos de referências como os costumes, a culinária, as narrativas e, também, a música.

Assim, o presente estudo tem por objetivo apresentar indícios da prática e do ensino da música sacra pela Ordem dos Mercedários, no Grão-Pará (séc. XVII e XVIII), no contexto em que a educação³ era de total responsabilidade das ordens religiosas, refletindo também sobre o impacto dessa atividade, na medida em que, hoje, o repertório musical sacro se configura como uma memória musical coletiva nas manifestações e representações culturais da região.

Prelúdio⁴: breves considerações sobre a ação educacional dos missionários religiosos no Grão-Pará

A colonização do Grão-Pará iniciou-se, efetivamente, em meio a movimentações e disputas políticas internacionais, que afetariam diretamente a ampliação do território de domínio português na América. Isso porque, entre 1580 e 1640, Portugal e Espanha formariam a União Ibérica - sob o domínio da casa dos Astúrias - anexando-se, assim, a colônia brasileira ao reino espanhol. Além disso, observava-se também a chegada de colonos ingleses, franceses e holandeses no litoral das Guianas, onde iniciaram relações comerciais com os indígenas e, assim, adentravam o território colonial brasileiro (REIS, 1940).

Nesse contexto, a preocupação em realizar efetiva demarcação de domínio territorial tornava-se urgente e, assim, Francisco Caldeira Castelo Branco foi designado para realizar a expedição pelo rio Amazonas, estabelecendo a fundação da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, em 12 de janeiro de 1616 (REIS, 1940).

Com o surgimento desse novo polo de dominação português, também chegaram as ordens religiosas que se encarregavam de cuidar da catequização e europeização dos povos indígenas que ali habitavam.

Segundo Barros (2009, p. 46):

Paralelamente à ocupação militar do território amazônico houve as ações missionárias, uma outra face da colonização. Os primeiros missionários a fixarem-se na região foram os franciscanos em 1617 e, logo em seguida, Capuchos de Santo Antônio, Carmelitas, Mercedários, Capuchos de S. José e de Nossa Senhora da Piedade. Em 1636, houve a primeira tentativa de estabelecimento dos jesuítas no Pará, o que só se concretizou em 1653, com a chegada de Pe. Antônio Vieira.

Salles (1980) aponta que a relação entre os portugueses e os indígenas desde o início foi bastante hostil e que, por isso, o colonizador incentivou a implantação de numerosas missões, com o intuito de subjugar-los. A ação catequética das ordens religiosas junto aos povos locais sempre foi considerada um elemento de suma importância para garantir a conquista e expansão do território de domínio português.

Reis (1997, p. 09) destaca que:

a intenção política das nações colonizadoras era a incorporação aos seus graus culturais, das populações de cultura diversa, que se consideravam inferiores. E dentro desse critério, que era o critério geral, defendido, louvado, as Ordens religiosas deviam agir.

3 A educação conduzida pelas ordens religiosas na Amazônia seguia os moldes europeus de ensino, advindos da Idade Média, em que são identificados procedimentos pré-estabelecidos, trazendo uma forma de ensinar, bem como técnicas próprias de educação formal (ALBUQUERQUE, 2012).

4 Os termos musicais são utilizados aqui para identificar o local em que se situa o desenvolvimento das ideias do estudo (Prelúdio: início; *Intermezzo*: meio; Coda: fim; Barra dupla: é o sinal da grafia musical moderna que indica o fim da música ou obra).

Silva (1976, p. 27), em seu estudo sobre a educação na Amazônia Colonial, evidencia que a essas ordens religiosas foram confiadas imensas responsabilidades, como:

prestar assistência espiritual e intelectual aos colonos e filhos, e, no tocante aos índios, encarregar-se da catequese, agrupando-os em núcleos de sentido urbano, convertê-los ao cristianismo, modificar-lhes os hábitos de nomadismo, transformar-lhes o sistema dispersivo de trabalho em sistema de trabalho disciplinado de fundo agrícola, ensinar-lhes a falar, ler e escrever o português, habilitá-los para os ofícios mecânicos, enfim, inculcar-lhes novas formas de vida social.

Nesse sentido, para garantir que a ação dos missionários se desenvolvesse a contento nesse início de colonização, o Estado garantiu, através de cômmodos⁵, o suporte financeiro inicial às ordens religiosas, bem como lhes conferiu poderes de ordem espiritual e temporal. A partir daí, os missionários passaram a desenvolver tarefas nos mais diversos âmbitos para garantir o sucesso de sua empreitada, atuando como catequistas, professores, lavradores, criadores de gado, comerciantes, mecânicos, construtores, exploradores etc. (SILVA, 1976).

As ordens religiosas organizavam sua ação missionária de acordo com suas próprias diretrizes dogmáticas e filosóficas, e, conseqüentemente, os modelos de organização de seus aldeamentos e conventos, bem como a forma como se relacionavam com os colonos e com os povos autóctones, não ocorriam de forma uniformizada. Ao contrário, cada uma delas apresentava variadas formas de atuação, lançando mão de estratégias e recursos diferenciados para alcançar seus objetivos nesse processo de ocupação, no contexto colonial.

Os Franciscanos da Província do Santo Antônio foram os primeiros a chegar no Grão-Pará, com os Freis Antônio de Merciana, Cristóvão de São José, Sebastião do Rosário e Felipe de São Boa Ventura. Instalaram seu primeiro hospício no Una nas proximidades de Belém, lá, iniciando os trabalhos de catequese. Em 1626, transferiram-se do Una para um convento que construíram em Belém, de onde saíram para estabelecer missões no Marajó. Suas atividades educativas compreendiam o ensino da leitura, escrita e contas, de forma totalmente gratuita. No entanto, a extrema pobreza da ordem (característica de sua própria vocação dogmática) impedia que sua ação se desenvolvesse e se sustentasse por longos períodos (SILVA, 1976).

Os Carmelitas, por sua vez, estabeleceram seu convento em Belém em 1637, e nesse, criaram cursos de primeiras letras, filosofia, teologia, solfejo, moral, cantochão, assim como, nas aldeias, mantinham escolas de ler, escrever, ensinando, também, música aos índios (REIS, 1940).

Em 1698, trouxeram de São Luís para Belém o curso permanente de filosofia e teologia, já que as aulas dos cursos ofertados anteriormente não tinham caráter efetivo. E com sua profícua ação na cidade, foram desafiados a estender sua ação para o Rio Negro, alcançando êxito em sua empreitada, e sua área de atuação era equivalente à área dos Jesuítas. Nas missões do Solimões e do Rio Negro, os Carmelitas desenvolviam aulas de música e canto, aproveitando as habilidades e interesses pelas artes, demonstrados pelos catecúmenos da região (REIS, 1997).

É sabido, inclusive, que havia em Tefé uma orquestra formada por indígenas, cujos instrumentos musicais haviam sido construídos por eles mesmos, e que, em Mariuá, havia um coro na igreja local, o qual chegou a cantar na visita de Mendonça Furtado, em homenagem ao Marquês de Pombal (REIS, 1997).

Os Mercedários chegaram em dezembro de 1639 na cidade de Belém. O Capitão Pedro Teixeira trouxe de Quito dois Irmãos leigos e dois sacerdotes, Pe. Alonso de Amirjo e Pe. Pedro de La rua Cirne, da Ordem de N. Sra. das Mercês, para fundarem o primeiro convento mercedário no Grão-Pará (CASTRO, 1968).

A construção do convento foi possível através de doação realizada por Matheus Cabral, que compreendia o terreno situado “nos confins da cidade, a que chamão de Campina, junto ao rio da cidade” e sete vacas, com as quais se deu início a criação do gado pertencente a essa ordem. Assim, a construção do convento se iniciou no mesmo ano e, em março de 1640,

⁵ Pequenas pensões fornecidas pelo Estado, já que a incipiente economia da Amazônia não permitia o desenvolvimento de qualquer atividade educacional sem uma base própria de sustentação.

ele já estava fundado. Por trás da capela mor também foi construído um Forte, dedicado a S. Pedro Nolasco, fundador da ordem, e essa construção perdurou até 22 de julho de 1748, quando se iniciou a construção do novo projeto para a Igreja e Convento de N. Sra. das Mercês (FERRAZ, 2000).

Com o fim da União Ibérica em 1640, e sendo os mercedários de origem castelhana, a permanência da ordem em território de domínio português foi concedida por D. João IV, através de um alvará de autorização, datado de Lisboa a 9 de dezembro de 16457, para que a ordem prosseguisse com seu trabalho, bem como admitisse cinco noviços “filhos da terra”. Ordenava ainda ao Governador e Capitão-Mor do Grão-Pará, bem como aos demais capitães, oficiais de justiça e demais pessoas, que não colocassem impedimento algum nas suas atividades. Assim, a Ordem dos Mercedários se consolidou no convento fundado em Belém, bem como se expandiu para as vilas e missões pelo interior do Grão-Pará (FERRAZ, 2000).

A historiografia e as fontes documentais acerca da ação pedagógica dos religiosos da Ordem das Mercês apontam para uma educação voltada especialmente para o ensino da doutrina cristã, leitura, escrita e cantos aos indígenas e aos filhos dos colonos, tanto no convento de Belém, como nas vilas mais afastadas onde se estabeleceram.

Segundo Castro (1968), os Mercedários, assim como ocorreu em Quito, no que diz respeito à educação, transformaram o convento de Belém num grande centro de ensino, contando com uma grande biblioteca, com volumes que contemplavam diversos campos do conhecimento: História, Geografia, Ciências Naturais, Filosofia, Teologia, Direito Canônico, clássicos da literatura francesa, latina e lusitana. Os noviços, além da biblioteca geral, também dispunham dos livros pessoais de cada religioso.

O estabelecimento da Ordem da Companhia de Jesus foi planejado pela primeira vez quando, em 1636, esteve hospedado no convento dos franciscanos o Pe. Luis Figueira, para observar a dinâmica dos núcleos e tribos acompanhadas pelos capuchos e conseguir, posteriormente, em Lisboa, o apoio para estabelecer missões jesuíticas no Maranhão e no Grão-Pará. No entanto, essa primeira tentativa foi frustrada, pois, em 1643, a embarcação que trazia os catorze jesuítas naufragou próximo à ilha do Marajó, e os missionários foram atacados pelos indígenas do local (SILVA, 1976).

Em 1653, o Pe. Antônio Vieira enviou do Maranhão os Padres João do Souto Mayor e Gaspar Cardoso para estabelecerem a primeira casa da Ordem da Companhia de Jesus em Belém e, em princípio, de acordo com carta de recomendação de D. João IV à Câmara, limitar-se a abrir escolas para os filhos dos moradores, sem interferir nos assuntos relacionados à liberdade dos indígenas.

Os Jesuítas construíram sua casa e igreja próximas ao Forte do Presépio e, posteriormente, o Colégio de Santo Alexandre onde, além de ensinarem a doutrina cristã, a ler e a escrever, passaram a oferecer o curso de latim, filosofia e teologia moral. Além disso, também dispunha de uma escola de artes e ofícios, onde se preparavam pedreiros, ferreiros, carpinteiros, escultores, torneiros, alfaiates, tecelões e canoeiros; bem como ofereciam oficinas de pintura e escultura (LEITE, 1943).

Nas missões pelo interior do Grão-Pará, a ação educacional desta ordem também foi bastante prolífica, destacando-se a fundação da casa na Vila de Vigia (1731), voltada para a educação dos filhos de seus moradores. As atividades nessa casa foram tão exitosas que, em 1740, passou a se manter de forma independente ao Colégio de Santo Alexandre de Belém.

Possuía a Igreja da Mãe de Deus, biblioteca, salas de aula e oficinas, garantindo seu funcionamento com o produto das plantações, criação de gado e com donativos generosos dos vigienses. Nela administravam-se aulas de ler e escrever, e de latim. A biblioteca da casa de Vigia ou Colégio da Mãe de Deus reuniu um acervo de 1.010 volumes (SILVA, 1976, p.38).

Dentre as ordens religiosas que se instalaram no Grão-Pará, os Jesuítas foram os que desenvolveram as ações missionárias em um raio maior de alcance no território do Grão-Pará e Maranhão, por determinação da Carta Régia de 1693, e alcançaram êxito nas mais diversas atividades nas quais se propunham a realizar, especialmente no que diz respeito às ações educativas (SILVA, 1976).

Observamos, portanto, que a ação educacional sob os moldes europeus, durante os primeiros séculos de colonização do Grão-Pará, foi responsabilidade delegada aos missionários religiosos e que essa dinâmica de relação entre esses e os indígenas foi fator essencial para que a ação dominadora e exploradora dos europeus alcançasse a expansão pretendida, perdurando até a expulsão dos Jesuítas, em 1759.

Intermezzo: lugares de história da música sacra da Ordem de N. Sra. das Mercês

Identificar as evidências documentais que apontem para a memória e a história da prática e do ensino da música sacra no período colonial exige um cuidado específico no que tange não só ao conhecimento e ao tratamento arqueológico, paleográfico, histórico, mas também ao musicológico, por se tratar de um saber de registro específico, necessitando de técnicas e um olhar próprios para que a investigação dos suportes dessa memória ocorra de forma adequada. Sobre essa perspectiva, quando falamos em investigar a memória musical de um determinado período histórico, Duarte (2018, p. 68) ressalta que:

há de se notar, portanto, a necessidade de aproximação entre os trabalhos de pesquisa arquivística ou de edição musical e os estudos voltados para a compreensão das práticas musicais do passado: sem o conhecimento de informações propriamente musicais, os estudos históricos seriam incompletos; por outro lado, sem a compreensão das práticas musicais no contexto de sua produção, a compreensão das obras seria limitada.

Silva et al. (2009, p. 4557) afirmam que:

a pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social. Estudar documentos implica fazê-lo a partir do ponto de vista de quem os produziu, isso requer cuidado e perícia por parte do pesquisador para não comprometer a validade do seu estudo.

Assim, na busca pela compreensão das estratégias utilizadas pelas ordens religiosas para facilitar sua aproximação com os povos indígenas que habitavam a Amazônia Colonial, encontram-se evidências bastante recorrentes sobre a prática e o ensino da música nos relatos⁶ dos missionários e nos apontamentos historiográficos⁷ desse período. Isso porque esse saber era, segundo tais registros, usualmente bem aceito pelos povos originários e que, de certa forma, facilitava a dinâmica das relações sociais que ali se desenvolviam, como fica evidente no relato de Pe. Bettendorff sobre a relação dos jesuítas com os índios (1990, p. 272):

O Padre João Maria os ensinou a tocarem gaitinha, e assim afeiçãoadíssimos a este gênero de instrumento os fez, e estão tocando noites e dias, estando desocupados; não há dúvidas que em dos meios para entretel-os e afeiçãoal-os a ficar e estar com os padres, é ensinal-os a tocar algum instrumento para suas folias em dias de suas festas em que fazem suas procissões e dansas, levando deante de si a imagem da Virgem Senhora Nosa, cantando alternativamente *Tupã cy angaturana, Santa Maria Christo Yára*.

6 Das fontes mais relevantes acerca das atividades musicais dos missionários, temos os relatos de Pe. Bettendorff (1990) e de Pe. João Daniel (2004), que descreveram, sob vários ângulos, as situações musicais operantes nas missões católicas do período colonial.

7 Conferir as obras de Vicente Salles (1980), Castagna (2001), Barros (2009), Holler (2010) Severiano (2016), que apresentam leituras e discussões a respeito das práticas musicais na Amazônia colonial.

Por esse motivo, o ensino e a prática da música sacra eram observados tanto nos conventos das ordens religiosas, como nas vilas e missões no território do Grão-Pará e eram realizados especialmente para a efetivação do processo de catequizaçã⁸, bem como para a realização dos ritos litúrgicos (missas, ofícios, solenidades) e devocionais (ladainhas, procissões, orações). Portanto, os missionários, ao perceberem que a música de fato atraía os nativos, passaram a empregá-la de diversas formas, como se evidencia no relato de Pe. Bettendorff (1990, 78-85):

Pe. Antônio Vieira instituiu o terço que cada dia pelas cinco horas da tarde depois da classe se canta pelos estudantes e meninos da escola de antes da imagem de Nossa Senhora da Luz, que estava no altar-mor; e porque nunca viesse a acabar-se está tão grande devoção poz-lhe confraria com seu compromisso, assistindo sempre dous irmãos com tochas acesas naqueles princípios, e cantando a Salve Rainha e Ladainha pelos músicos de Nossa Senhora das Mercês estando ali um exemplo da Senhora.

Segundo Salles (1980), as duas ordens que mais se distinguiram no Grão-Pará no que se refere à prática e ao ensino da música nas missões e colégios foram a Companhia de Jesus e a de N. Sra. das Mercês. Por isso, sobre essa última, procuraremos apontar as principais evidências de sua história e memória no que tange às atividades musicais.

Os Mercedários tiveram, no convento de Belém, um notável coro e, em suas práticas religiosas, cantavam e eram acompanhados ao som de órgão. Havia também um cravo, sendo, possivelmente, os introdutores desse instrumento no Grão-Pará, conforme fica evidente no relato de Bettendorff (1990, p. 632), acerca das liturgias celebradas:

[...] porque no Pará houve belas e mui gabadas vozes de gente destra no canto; também por toda a quaresma houve assistência de muitos reverendos padres das Mercês, para cantarem, ao som do cravo, os misereres, no princípio, e, no cabo das práticas, os seus motetes devotíssimos, acomodados à Sagrada Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Outro fato interessante identificado acerca da ação musical dos Frades Mercedários refere-se a sua presença não somente nas ações litúrgicas e devocionais da própria ordem, como também nas ações das demais ordens, especialmente nos colégios jesuíticos do Maranhão e Pará.

Holler (2010) aponta que a inauguração da Igreja do Colégio de Santo Alexandre, em Belém, no ano de 1668, foi celebrada contando com o coro de músicos dos padres de N. Sra. das Mercês. No Colégio do Maranhão, os músicos de N. Sra. das Mercês cantavam *Salve Regina* e as ladainhas nas devoções da Confraria de Nossa Senhora. O mesmo autor (2010, p. 178) registra que há uma importante referência quanto à utilização da harpa por um religioso mercedário no relato da viagem do padre Frutuoso Correia de Lisboa ao Maranhão, quando esse “cantou o P. Comissário das Mercês Missa à Nossa Senhora, que oficiaram os seus religiosos com harpa, baixão e viola, para mitigar as saudades da música nesse reino”.

Esse intercâmbio entre as ordens religiosas e padres seculares, especialmente nos colégios jesuíticos, pode ser justificado pelo fato de o regulamento da ordem dos Jesuítas prescrever que não se deveria usar, na missa e em outras cerimônias sacras, nem o órgão nem o canto, de onde resultou a máxima “Jesuita non cantat”. Por isso, o ensino da música como uma das

⁸ Segundo Silva (1976, p. 41), a catequese “não significava apenas a propagação da doutrina cristã, mas um árduo e complexo trabalho de ordem social, onde os missionários transmitiam aos índios, em momentos específicos, os mais variados conhecimentos. Era durante o trabalho no roçado, nas plantações, nas fazendas de gado, nas construções de casas e igrejas, entre outras situações, que os missionários encontravam oportunidades de ensino, instrução e orientação acerca das noções de agricultura, pecuária, artes mecânicas e manuais.”

atividades deveria ser realizado por professor que não fosse da Companhia (DUARTE, 2018).

Acerca das possibilidades musicais nas ações litúrgicas na Amazônia colonial, Barros (2009, p. 55) ressalta que:

o acomodamento da liturgia deveria ajustar-se ao contexto de cada missão, sendo que os centros como o Colégio de Santo Alexandre, no Pará e o de N. Sra. da Luz, no Maranhão, certamente proporcionava possibilidades musicais não existentes nas missões do sertão, como o uso de instrumentos como o órgão, charamelas, ou de coros, como o que mantinham os músicos mercedários em Belém.

Em carta datada de 13 de abril de 1761, Códice 11.415 (Cópias dos Archivos do Pará) da Biblioteca Nacional de Portugal, há um breve relato, que segue abaixo, que parece ser de um representante da Coroa Portuguesa sobre visitas realizadas a diversas localidades do Grão-Pará, demonstrando que a ação de ensino da música sacra pela Ordem dos Mercedários também ocorria nas vilas e missões pelo interior do território do Grão-Pará e priorizava o ensino do canto pelo método solfa⁹.

[...] Vendo eu que aquella Villa [de Vigia] estava sem escola em que os filhos dos moradores se educassem, e sabendo que os religiosos de N. Sra das Mercês no termo de sua fundação de que ponho na presença de V.Excia. a cópia em (mos) se obrigaram a ensinar os meninos d'aquella villa, não só a doutrina christã, ler, escrever, e cantar, mas também solfa e grammatica, fez praticar a clausula da sua fundação por um bando que mandei lançar, de que também remetto a cópia que constitui o nº 2º em utilidade do Real Serviço e d'aquelle povo deixando no dito Hospício, estabelecido aquelle estudo, tão útil ao particular e comum beneficio. (GRÃO-PARÁ,1761, p. 133).

E mais adiante, em outro trecho:

[...] Tendo Paes de família d'aquella villa [de Santa Cruz do Cametá] omissão grande em mandarem seus filhos à escola, que estaria quasi desamparada, e o Mestre ocioso, os obriguei por um bando que mandei lançar n'aquella villa, de que também remetto a cópia em nº 4º, a que mandassem seus filhos ao estudo das primeiras lethras, aproveitando-as também na latinidade que encarreguei aos Religiosos do Convento de N. Sra das Mercês, e ao Padre Vigário da mesma Villa para ensinar juntamente aos que tiverem aptidão e possibilidade para a dita applicação, para o que lhe hade o Dezembargador Ouvidor Geral mandar os livros do novo método; porque como as qualidades do sobredito vigário dão esperanças de criarem bons estudantes, quiz aproveitá-las não só no ensino de ler, escrever e cantar mas também n'este de grammatica, em que a civilidade, e a República faz um importante interesse, como V. Excia. verá das cópias das cartas que constituem o nº 4. (GRÃO-PARÁ,1761, p. 135).

9 O Solfa, como consta dos escritos do período colonial, indicava uma prática musical, especialmente a vocal, que ocorria através da leitura de partituras. Ou seja, era uma forma de reproduzir a música através de registros escritos da altura, duração e harmonia (HOLLER, 2010).

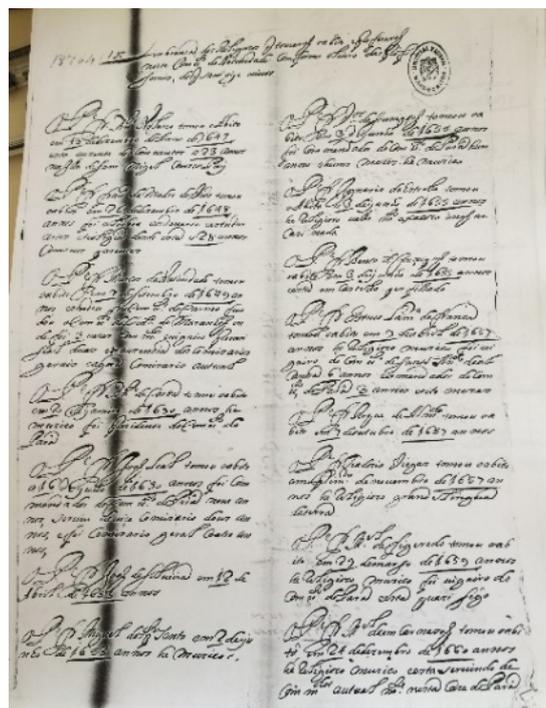
A música, portanto, estava inserida também nas atividades educativas realizadas pelos religiosos mercedários nas localidades mais distantes da Capital. E o ensino deste repertório musical era realizado através da grafia própria da música (Solfa), o que possibilitava aos filhos de colonos e indígenas executarem de forma uniforme as músicas ensinadas, sem possibilidade de improviso, exatamente como ocorria na educação europeia.

Fonterrada (2005) ressalta que, de um modo geral, a educação musical, no Brasil, ocorria, essencialmente, a partir da prática musical e do canto, mesmo que não houvesse um conceito de educação musical tal como é compreendido hoje. Por isso, as atividades musicais estavam ligadas ao modo europeu de educação e à prática musical de igrejas, conventos e colégios.

A educação musical do período colonial, portanto, dava ênfase às formas e ao repertório europeus, em que o estudo desse repertório evoluía do mais simples ao mais complexo, utilizando-se de exercícios de repetição e memorização de conteúdos, bem como da averiguação de aprendizado.

Além de a música ser utilizada na relação pedagógica com os índios, o manuscrito n. 20 da Coleção 18.764 (ENCARNACIÓN, s/d) com informações dos religiosos coristas e músicos no convento dos mercedários, no século XVII, também são fortes indícios da frutífera ação do ensino da música sacra entre os candidatos à vida religiosa e formados no convento de Belém. Logo, esse fato sugere ter sido a música um dos saberes ensinados no processo de formação dos religiosos dessa ordem.

Figura 01. Relação de religiosos que tomaram hábito entre 1647 e 1677 no Convento de Belém.



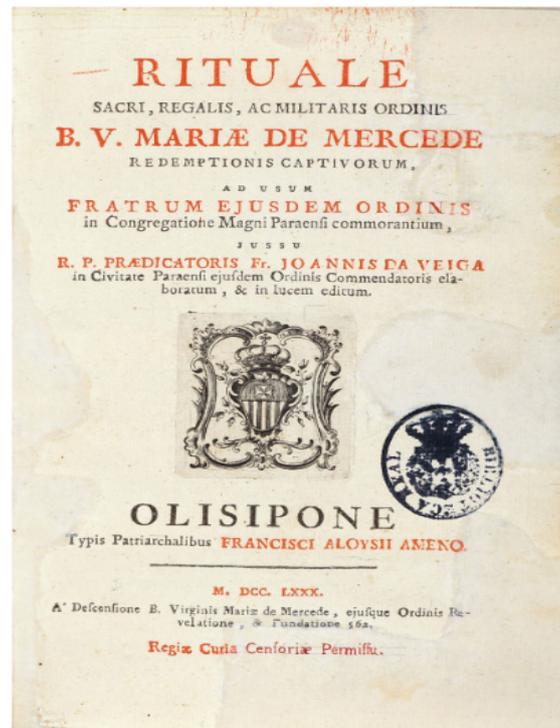
Fonte: ENCARNACIÓN, s/d, fl.01

Além dos relatos em fontes documentais e nos estudos historiográficos, dentre as evidências documentais que apontam para essa atividade educacional voltada para o ensino e a prática da música sacra no Grão-Pará, considera-se a mais relevante o livro de cantochão¹⁰

10 Cantochão é a denominação aplicada à prática monofônica de canto utilizada, desde os primórdios da Idade Média, por cantores nos rituais sagrados, sem auxílio de acompanhamento instrumental. Formadas principalmente por intervalos próximos como segundas e terças, as melodias do cantochão se desenvolvem suavemente. O cantochão é o principal fundamento da chamada música ocidental, sobre o qual toda a teoria posterior se desenvolve, ao contrário de outras artes que apontam para a época clássica da civilização greco-romana ou até mesmo fontes anteriores. O cantochão é também a

mercedário, intitulado *Rituale/Sacri, Regalis, AC Militaris Ordinis/B.V. Mariae Mercede/Redemptionis Captivorum/ad usum Fratrum Eiusdem Ordinis/ongregacione Magni Paraensi commorantium/jussu/ R.P. Praedicatoris Fr. Joannis da Veiga/ in Civitate Paraensi ejusdem Ordinis Commendatoris ela-lboratum, & lucem editum*¹¹, compilado e organizado pelo paraense Frei Mercedário João da Veiga¹² em 1780.

Figura 02. Portada do Livro de Cantochão dos Mercedários (1780).



Fonte: VEIGA (1780).

Trata-se da mais antiga publicação de registro musical que se tem notícia, atribuído a uma ordem religiosa do Pará (CASTAGNA, 2001), a qual traz em seu conteúdo cantos litúrgicos, orações e instruções para serem adotadas nas atividades da referida ordem, configurando-se, assim, o registro documental mais próximo das músicas que possivelmente soavam nas igrejas, conventos e missões mercedárias no período em que essa ordem esteve no Grão-Pará.

De acordo com Salles (1999, p. 5),

música mais antiga ainda utilizada, sendo cantada não só em Mosteiros, como também por coros leigos no mundo todo. (GROUT; PALISCA, 2007)

11 Tradução livre da autora: Ritual da Sagrada e Real Ordem Militar de N. S. das Mercês, da Redenção dos Cativos, para uso dos frades da mesma ordem residentes na Congregação do Pará, por mandado do R. P. pregador Fr. João da Veiga, Comendador da mesma ordem, na cidade do Pará.

12 São poucas as informações documentais encontradas até o momento acerca desse Frei Mercedário, além da capa do próprio *Rituale*, que o classifica como Pregador e Comendador – título geralmente atribuído aos personagens de maior prestígio político na elite da sociedade na Amazônia Colonial. Em estudo sobre a formação e os saberes dos letrados da Amazônia colonial, Ricci (2016) aponta, a partir de uma biografia escrita por Antônio Ladislau Monteiro Baena, que havia dezesseis homens reconhecidamente letrados no período colonial, sendo nove clérigos seculares, três frades carmelitas, três frades mercedários e um leigo. Dentre eles, cabe destaque ao Padre Mestre e Frei João da Veiga, comendador das Mercês, filho legítimo de Joaquim Veiga Tenorio e de sua mulher, Dona Catarina da Silva. Além dessas evidências acerca do autor do *Rituale*, Gaby (2018) aponta a presença de um grupo de cartas escritas pelo Frei Joao da Veiga, pertencente à Coleção MSS 18711/1 da Biblioteca Nacional de Espanha, cujos conteúdos apresentam de forma mais recorrente as palavras *reforma*, *casas* e *gobierno*. Tais cartas ainda necessitam de tratamento paleográfico no que tange à sua transcrição, e historiográfico, para compreender o contexto ao qual elas se referem e em que estavam inseridas.

o rituale é um volume de 495 páginas, encadernação inteira de pele (moderna) com ferros gravados a ouro, com restauros, tendo algumas letras manuscritas, toda a composição gráfica é em caracteres romanos, impressos em vermelho e preto. Nele estão gravados nada menos que 83 documentos musicais ilustrativos do que se cantava nas principais festas realizadas no Grão-Pará pela Sagrada e Real Ordem Militar de N. Sra das Mercês. Consta esse documentário basicamente de antífonas, hinos, responsórios, lamentações, litanias ou ladainhas, excluídas partes das missas, vésperas, completas e novenários.

Tal documento traz não só a confirmação da pujança das atividades pedagógico-musicais entre os Mercedários, já evidenciada pelos relatos dos missionários, mas também a possibilidade de, a partir de estudo musicológico mais aprofundado, realizar a execução de tais cantos, aproximando o ouvinte de uma experiência musical mais próxima do que se realizava no Grão-Pará.

Coda: Memória e História da Música Sacra na Amazônia Colonial

A compreensão dos fatos ocorridos em uma determinada nação perpassa pela compreensão da construção da memória coletiva do(s) grupo(s) social(is) que a ela pertencem. Halbwach (2004) considera que a memória coletiva se estrutura em pontos de referência que incluem os monumentos, as paisagens, as datas e as personagens históricas, as tradições e costumes, o folclore, as tradições culinárias e a música.

Halbwach (2004) nos põe diante de distinções entre a história e a memória, destacando o caráter universalista da história diante das muitas memórias coletivas vivenciadas pelos grupos. É possível avaliarmos que, para Halbwach, a história apreende os grupos de fora enquanto a memória os percebe de dentro, na convivência, a partir das experiências, das continuidades (SILVEIRA, 2013).

Tomando por base os indícios documentais aqui já apresentados, é incontestável que a ação pedagógico-musical das ordens religiosas na Amazônia alcançou grande influência no processo de colonização, dominação e cristianização dos povos indígenas que aí habitavam.

No entanto, para além deles, os estudos etnográficos¹³ e etnomusicológicos¹⁴, realizados em comunidades indígenas e povos tradicionais na Amazônia, também evidenciam a forte influência das práticas musicais trazidas pelas ordens religiosas, e que permanecem na tradição pela memória coletiva até o presente, pois em muitas localidades ainda são identificadas as práticas desses repertórios nas festas de santo, sob a forma dos cantos de ladainhas e orações.

Barros (2009, p. 113), em seu estudo sobre as Festas de Santo existentes entre os povos indígenas na localidade de São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, identifica que os repertórios musicais sacros se ajustam a cada momento dos rituais e etapas que estruturam tais festividades.

Sendo pertinente aos momentos de rezas as próprias orações cantadas em latim e português, e nos momentos lúdicos, um repertório de origem tradicional cantando em *nheengatu* e português, acompanhado por tamborino, cujos temas versam sobre animais das estações. Durante as procissões um repertório de tamborino e flauta de *mimbí* acompanhava a levada e chegada do santo no primeiro dia e a largada do castelo no rio ou, como frequentemente acontece, são cantadas músicas do caminho de santo, um repertório específico.

13 Conferir as obras de GALVÃO (1955), KOCH-GRÜNDBERG (2005), NIMUENAJU (1950), WEAGLEY (1957), entre outros.

14 Conferir BARROS (2005), Dossiê das Festividades de São Sebastião na Mesorregião do Marajó (2010), PEREIRA (1989).

Sobre a existência das festas de santo dentro da cultura indígena, atualmente, Barros (2009, p. 57) enfatiza que:

Os índios responsáveis pela festa também se referem aos jesuítas como sendo os inventores das festas de santo, não se sabe como este fato histórico se enraizou na história oral deste povo, se constitui realmente memória coletiva ou se foi alguma influência externa. No entanto, faz-se necessária uma busca de documentos que averiguem a ação missionária de cada ordem estabelecida no Rio Negro [...].

No Dossiê das Festividades de São Sebastião na Mesorregião do Marajó (INRC, 2010, p. 96), dentre os muitos bens culturais descritos, cabe destaque para o repertório de ladainhas que se reza no contexto das festividades.

O repertório de ladainha é constituído por cantos em latim e português ou apenas em português, normalmente é uma coletânea de 6 a 10 músicas. Possui estrutura coro-solista, ou seja, existe a figura do capitulador (o rezador ou rezadores) e o respondedor (a assistência local ou um grupo de mulheres que tem esta função). Em algumas localidades, como em Curralinho e Cachoeira do Arari, foi observada polifonia a três vozes, em Breves, foi observada polifonia a duas vozes. Outra variante é o uso do sistema tonal e modal, geralmente o primeiro inclui as músicas cantadas em português e o segundo, as músicas cantadas em latim.

Para além da compreensão estritamente musical, sabemos que os repertórios sacros também foram adquirindo, ao longo dos séculos, uma função simbólica, seja nas festas de santo entre os povos indígenas, ou nas comunidades tradicionais nas localidades do Marajó, colocadas aqui como exemplo, assim como em muitas outras situações de religiosidade popular. Por esse motivo, sua prática se mantém até os dias atuais, como bem fica evidenciado no mesmo Dossiê:

O sustentáculo do repertório da ladainha é o sentimento religioso e a fé coletiva. Não fosse isso, certamente esse repertório já teria sido extinto. Originalmente esse repertório ocorria sempre aos domingos e significava o único momento de confraternização religiosa das comunidades dos interiores, onde não havia padre para rezar missa e a figura do rezador se destacava enquanto liderança religiosa comunitária. [...] O momento da reza da ladainha significa, também, um contato mais próximo com o santo, um momento de intimidade com o padroeiro ou o santo do coração, caracterizando uma dimensão mais próxima do sagrado (INRC, 2010, p. 108).

Para Pollak (1989), os pontos de referência como indicadores empíricos de uma memória coletiva de um determinado grupo, estruturada com suas hierarquias e classificações, fundamentam e reforçam os sentimentos de pertencimento, bem como as fronteiras socioculturais.

Sobre memória e história, Nora (1993) define que memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. E além disso, o sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. A memória é um fenômeno sempre

atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.

Nesse sentido, observamos que ainda hoje o repertório musical sacro, inserido pelas ordens religiosas na Amazônia no período colonial, é elemento presente nas vivências de religiosidade e cultura, e permanece vivo, sendo ensinado através dos tempos pela tradição, pela memória coletiva, constituindo-se elemento de história e memória para a identidade cultural amazônica.

Barra dupla (?): Considerações Finais

Os relatos acerca das atividades musicais na Amazônia colonial, apesar de estarem dispersos em documentos de diversas naturezas (relatórios, cartas, orientações gerais, listas de músicos, livros litúrgicos etc.), apontam para um cenário musical bastante diversificado, em que observamos tanto a prática musical própria dos povos indígenas, como também do repertório musical sacro, ensinado nas missões e nos conventos estabelecidos no Grão-Pará e Maranhão, especialmente entre as missões dos Jesuítas, Carmelitas e Mercedários, já que sobre a prática musical dos Franciscanos, não foi encontrada, até o momento, nenhuma evidência documental mais pungente.

No entanto, a compreensão desse elemento presente na história, na memória e na cultura amazônica ainda apresenta pontos de esquecimentos e silenciamentos, que necessitam ser investigados para que possamos alcançar uma visão mais próxima do que a prática e o ensino da música sacra representaram ao longo dos séculos.

No que se refere às evidências documentais, as principais dificuldades residem no fato de que as informações mais detalhadas sobre a estrutura educacional das ordens religiosas, especialmente Mercedários, Carmelitas e Franciscanos, perderam-se quando da sua expulsão e/ou fechamento de seus conventos, ou ainda necessitam ser encontradas.

Dos documentos que estão sendo buscados, por exemplo, há os inventários das bibliotecas dos conventos dos Mercedários e dos Carmelitas. Possivelmente, através deles, seja possível demonstrar quais eram os livros utilizados para o ensino da música.

No entanto, o livro de cantochão mercedário e os relatos aqui analisados contribuem para compreender que a música, apesar de nos primeiros contatos dos missionários com os indígenas ser utilizada como estratégia de aproximação, com o passar dos anos, já não era simplesmente um elemento de usufruto estético ou de piedade para os momentos de vivência da religiosidade católica, mas sim, era elemento do processo educativo baseado no modelo educacional europeu, que valorizava a leitura e o registro musical em linguagem própria (partitura).

Um outro ponto para o qual caberiam futuras investigações perpassa pela compreensão do processo de ensino do repertório musical sacro entre os povos indígenas, o qual teve continuidade mesmo após a saída dos missionários da Amazônia, de tal forma que o conhecimento e domínio desse repertório pelos indígenas propiciou que chegassem até os dias de hoje, como elemento próprio da cultura.

Em vista disso, muito ainda necessita ser investigado para que as lacunas ainda existentes na história da Amazônia colonial possam ser conhecidas, discutidas, problematizadas e compreendidas.

Referências

ALBUQUERQUE, Maria Betânia Barbosa. **Beberagens indígenas e educação não escolar no Brasil colonial**. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, 2012.

BARROS, Liliam Cristina da Silva. **Repertórios musicais em trânsito: música e identidade indígena em São Gabriel da Cachoeira, AM**. Belém: EDUFPA, 2009.

BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. 2. ed. Belém: SECULT, 1990.

- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CASTAGNA, Paulo. Cantochão e liturgia: implicações na pesquisa da música católica latino-americana (séculos XVI-XX). In: IV SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE MUSICOLOGIA, Curitiba, 20-23 jan. 2000. **Anais...** Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2001. p.199-222.
- CASTRO, Emílio Silva. A ordem das Mercés no Brasil (1639-1965). In.: _____. **Mercedários no Brasil ontem e hoje**. Rio de Janeiro: 1968.
- CUNHA, Paola A. B.; FONSECA, Thais N. de L. e. Educação e religiosidade: as práticas educativas nas irmandades leigas mineiras do séc XVII nos olhares de Debret e Rugendas. In: **Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz**, 23., 2005, Londrina. Anais. Londrina: Editorial Mídia, 2005. p. 1-9. Disponível em <https://anais.anpuh.org/?p=14876>. Acesso em: 12 dez. 2019.
- DUARTE, Fernando Lacerda Simões. De canções devotas e tamboris: reflexões sobre memórias, documentos e silêncios acerca das práticas musicais nos primeiros contatos entre os ameríndios e missionários católicos na Amazônia. In: BARROS, Liliam. SEVERIANO, Rafael (Org.). **Arqueologia musical amazônica**. Belém: Paka Tatu, 2018. p. 59 a 87.
- ENCARNACIÓN, Manuel de la. **Lembrança dos Religiosos q. tomarão o abito e profesarão / neste Comto. Da Natividade conforme das profi /somes, dosq. Sam oje vivos**. Manuscrito n. 20 Coleção n. 18.764. Madrid: Biblioteca Nacional, s/d, fl 1-3.
- FERRAZ, Eugênio. **Convento dos Mercedários de Belém do Pará: breve histórico e registros de sua recuperação**. 2. ed. Rev. e Ampl. Belo Horizonte: C/Arte, 2000.
- FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- GABY, André Alves. Documentos para história da prática musical dos mercedários. In: BARROS, Liliam; SEVERIANO, Rafael (Org.). **Arqueologia musical amazônica**. Belém: Paka Tatu, 2018. p. 38 a 58.
- GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Ita, Amazonas**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1955.
- GRÃO-PARÁ. **Grão-Pará, carta de 13 de abril de 1761**. Cópia de Manuscrito. Códice 11415: Documentos vários dos arquivos do Pará, compreendidos entre 1753 e 1800 e relativos à administração deste estado no referido período. Biblioteca Nacional de Portugal. Cópia, p.131-134.
- GROUT, Donald J.; PALISCA, Claude V. **História da Música Ocidental**. Lisboa: Gradiva, 2007.
- HALBWACH, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.
- HOLLER, Marcos. **Os jesuítas e a música no Brasil colonial**. Campinas: Unicamp, 2010.
- INRC - Inventário Nacional de Registro Culturais. **Dossiê da Festividade do Glorioso São Sebastião na Ilha do Marajó**. Belém: IPHAN, 2010.
- KOCH- GRUNDBERG, Theodor. **Dois anos entre os indígenas**. Manaus, AM: EDUA, 2005.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Vol. IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

NIMUENDAJU, Curt. Reconhecimento dos rios Içana, Ayari e Uaupés: relatório apresentado ao Serviço de Proteção aos Índios do Amazonas e Acre. In: **Journal de la Societé des Americanistes**. Nouvelle Serie, Tome XXXIX. Paris: Musée de L'homme, 1950. p.125-183.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Projeto história. São Paulo. Dezembro, 1993.

PEREIRA, Nunes. **O sahiré e o marabaixo**. Recife: Massagana, 1989.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos históricos**. vol 2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989. p. 3-15.

REIS, Arthur C. F. **A política de Portugal no Vale Amazônico**. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1940.

_____. **A conquista espiritual da Amazônia**. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1997.

RICCI, Magda. As letras e a vida: a formação e os saberes dos letrados da Amazônia brasileira (1750-1820). In: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA Jr., José Alves de. **Novos olhares sobre a Amazônia colonial**. Belém: Paka Tatu, 2016.p. 360-380.

SALLES, Vicente. **A música e o tempo no Grão Pará**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1980.

_____. O Cantochão dos Mercedários no Grão-Pará. In: II Simpósio Latino Americano de Musicologia, 1999, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1999.

SILVA, Garcilenil do Lago. **Educação na Amazônia colonial: contribuição à história da educação brasileira**. 1976. 108 fl. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1976.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campelo da. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. PUC-PR, 2009.

SILVEIRA, Camila Nunes Duarte. **A ação Pedagógica da Companhia de Jesus no Brasil do século XVI e os usos da Memória**. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2014.

VEIGA, Frei João da. **Ritual da Sagrada e Real Ordem Militar de N. S. das Mercês, da Redenção dos Cativos, para uso dos frades da mesma ordem residentes na Congregação do Pará, por mandado do R. P. pregador Fr. João da Veiga, Comendador da mesma ordem, na cidade do Pará**. Sacro. Lisboa: Francisco Ameno, 1780.

WEAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

Recebido em 23 de março de 2020.

Aceito em 15 de junho de 2020.